

## O "EU" NO DISCURSO DO "OUTRO" OU A SUBJETIVIDADE MOSTRADA

Sírio POSSENTI<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Como resultado da conjunção do estruturalismo com a psicanálise e o marxismo, a chamada Análise do Discurso Francesa passou a dar grande destaque à presença do O/outro no discurso, colocando em segundo plano, quando não anulando, a presença do eu. Além disso, a invocação da presença do eu no discurso tem, para a maioria dos analistas do discurso daquela corrente, um sabor de concessão a teses da pragmática, na qual as intenções e o conhecimento do sujeito falante têm um papel relevante, papel que a Análise do Discurso Francesa nega a qualquer instância individual. Este trabalho, aceitando as premissas da Análise do Discurso Francesa, apresenta um conjunto de exemplos a partir dos quais se postula que a presença do outro não pode eliminar a necessidade de invocar também o trabalho do sujeito falante. Os dados analisados são basicamente textos curtos, de efeito humorístico.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Heterogeneidade; sujeito; trabalho lingüístico; humor; texto de origem; intertextualidade.

Este texto, principalmente no título, é um trocadilho um pouco irônico. Obviamente. Mas, talvez seja preciso dizê-lo, para evitar algumas inferências, certas interpretações e outros tantos mal-entendidos. Mas, é irônico apenas em parte. É o que espero mostrar com os argumentos e os dados que apresentarei a seguir. Uma determinada conjunção de um certo estruturalismo, de uma certa psicanálise<sup>2</sup> e de uma certa teoria da ideologia, na qual é nitidamente dominante o primeiro ingrediente, isto é, o estruturalismo, que informa os outros dois (ver Deleuze, 1974), conjunção que é a responsável maior pelas características fundamentais da chamada Análise do Discurso Francesa, estabeleceu como um quase lugar-comum que o indivíduo que fala não passa de um porta-voz de discursos que o antecedem, definindo o sujeito basicamente pelo assujeitamento. Embora esta posição não tenha permanecido intocada (ver Pêcheux, 1990), pode-se dizer que o eu – um dos possíveis componentes

---

1 Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas; bolsista do CNPq, processo n.303.984/85-6.

2 É curioso que uma teoria do discurso que pretende considerar como uma de suas categorias mais fundamentais o interdiscurso, que não pode aceitar pensar em discursos como blocos homogêneos, pode supor, no entanto, que, por exemplo, haja uma só psicanálise – isto é, um único discurso verdadeiro a propósito da psique.

do sujeito no discurso – é, nesta versão francesa, concebido como francamente dominado, determinado (e não apenas condicionado, em maior ou menor grau) pelo que se chama de outro (às vezes, ou, mais geralmente, Outro).

Naquela que se considera por várias razões a terceira época desta Análise do Discurso (ver ainda Pêcheux, 1990), fase dominada pela idéia – brilhante, a meu ver – da heterogeneidade, o papel do O/outro é considerado crucial. Nesta perspectiva, análises de extremo interesse têm revelado facetas antes insuspeitadas do funcionamento da linguagem, em especial à luz das propostas derivadas dos trabalhos de Bakhtin e de Lacan (ver Authier-Révuz, 1982). Além disso, variados tipos de materiais foram reanalisados segundo este ponto de vista, sem forçar a mão (a pressuposição, a negação, as aspas, todos os tipos de ambigüidade, os trocadilhos, os anagramas, os chistes etc. – elenco que pode parecer a classificação dos animais que Borges encontrou naquela enciclopédia chinesa!) mostrando que se trata de uma hipótese produtiva e útil. Para convencer-se disso, basta verificar os diversos textos de Authier-Révuz sobre heterogeneidade, e, além disso, a segunda parte de Maingueneau (1989) e os estudos de Ducrot (1984) sobre a polifonia, por exemplo.

Parece que se pode dizer que tais análises mostram claramente, em relação ao sujeito do discurso, que, de duas uma: ou ele não está sozinho, ou não executa seu papel uniformemente. Em qualquer dos casos, definitivamente, ele não é uno. Ou seja, o discurso que produz não é um produto exclusivo de um pretense sujeito uno e não submetido a condições exteriores. Em suma: dados empíricos mostram que, pelo menos nos domínios da linguagem, uma análise do papel e da natureza do sujeito derivada da concepção cartesiana é uma idéia superada, tanto pela postulação da unidade do sujeito quanto pelo pretense domínio, nele, da consciência. O sujeito seria mais uma função do que um lugar de origem (ver Foucault, 1986, para a idéia do sujeito como função), pelo menos, repito, no que se refere a sua atividade discursiva.

Certas passagens dos textos que defendem ou simplesmente expõem esta doutrina dão a impressão de que não se trata de apagar o ego, que não se trata de dizer que ele não subsiste de forma alguma, mas apenas de dizer que ele nem sempre tem consciência do que ocorre, quase nunca detém o controle, é constantemente surpreendido ou soterrado por matéria discursiva vertida pelo id, ou é dominado pelo superego ou por alguma instância produtora de discursos que o cerca, domina-o, submete-o, seja ela uma episteme, ou uma teoria, uma doutrina, um locutor indeterminado, enfim, uma instância que é não-eu, que é outro ou Outro. Frequentemente, no entanto, pode-se fazer uma leitura dos mesmos textos segundo a qual o papel do eu é simplesmente nulo, e não apenas o de um enunciador entre outros (ver ainda Pêcheux, 1990).

Por outro lado, ainda, tais textos mostrariam que se trata de um equívoco postular um papel para a intenção – porque esta abonaria, mesmo que remotamente, a eventualidade de imaginar possível o controle individual sobre uma instância de discurso que de fato lhe escapa, porque é social e histórica, por um lado, e porque tem ingredientes de inconsciência, por outro. Além do mais, segundo a mesma visão,

só há “social” se definido em termos de ideologia, e “cultural” se definido em termos de imaginário. O que implica reduções. Neste sentido, por exemplo, Grice é reduzido ao filósofo da intenção, esquecendo-se do pragmaticista que propôs leis (gerais ou não, corretas ou não) de compreensão indireta ou não literal de enunciados – leis que são pensadas como “sociais” e conhecidas pelos interlocutores, de alguma forma; Ducrot é considerado ingênuo (um interlocutor simpático, mas ingênuo), por sua adesão à idéia de uma espécie de grande contrato, e Benveniste é considerado um idealista, porque acreditaria que é o sujeito a fonte do sentido (desconhecendo-se – reprimindo? – outras passagens de seus textos, além daquelas em que aparecem expressões como “ato individual”, “conversão individual” etc.).

Por mais interessantes e convincentes que sejam as análises que demonstram a presença do outro no discurso do sujeito, ou de outro discurso no discurso de um sujeito (estas alternativas merecem, por sua vez, uma discussão, embora sejam dadas às vezes simplesmente como equivalentes), sua leitura mais forte, a que leva leitores um pouco apressados a concluir pela ausência do eu, não é clara ou pacífica. A não ser nos arraias que se definem exclusivamente em termos de política da Análise do Discurso. Mesmo uma análise superficial de textos nos quais há ocorrências de expressões como “discurso do outro” e semelhantes sugere que o discurso a que pertencem não quer eliminar o eu. Pelo contrário, tal análise revelaria como evidente sua presença e papel. Apenas (apenas?), tais textos insistem na existência e relevância *também* do outro (embora, com frequência, esta relevância seja excepcional). E insistem em que o eu não é origem, é efeito. Não é uno, é dividido. Dizer que o sujeito é efeito é uma forma de postular seu lugar e seu papel. Embora, e isso também fica geralmente claro, dizendo que este lugar e este papel não são os mesmos que lhe atribuiu uma certa filosofia. A mesma lógica vale para a afirmação de que o sujeito não é uno. O pressuposto de existência continua em vigor. Só uma falha radical da lógica pode fazer equivaler “o sujeito é dividido” ou “o sujeito é efeito” a “o sujeito não existe”.

Mas não é sempre assim que este discurso é entendido, e qualquer defesa de qualquer espaço para o eu (mesmo que atravessado...) soa frequentemente estranha, como se significasse a afirmação de suas antigas e/ou pretensas características (a consciência, a intenção, a unidade, a origem etc.) e a negação do inconsciente, da lei, do histórico, do imaginário e do social. De qualquer condição exterior e de qualquer elemento não consciente, enfim.

Alguns fenômenos, mesmo que a alguns possam parecer marginais, pelo menos em termos de frequência (mas não creio que o sejam em termos de relevância<sup>3</sup>), sugerem que o campo não está definitivamente analisado. O objetivo deste trabalho

---

3 A propósito de argumentos relevantes, vale lembrar a brilhante comparação de Galileu Galilei citada por Italo Calvino em seu *Seis propostas para o próximo milênio*, quando fala da Rapidez: “*Se il discorrere circa un problema difficile fosse come il portar pesi, dove molti cavalli porteranno più sacca di grano che un caval solo, io acconsentirei che i molti discorsi facessero più che un solo; ma il discorrere è come il correre, e non come il portare, ed un caval barbero correrà più che cento frisolin.*”

é trazer à consideração alguns tipos de dados de linguagem que parecem mostrar o funcionamento inverso do daqueles dados em que mais tipicamente se costuma surpreender o discurso do outro. Trata-se de textos construídos a partir de modelos muito estereotipados ou de textos muito conhecidos, nos quais ou sobre os quais se dá uma inscrição da subjetividade, isto é, nos quais fica evidente o trabalho de um sujeito sobre e a partir de outro texto ou de um texto de outro. Isto é, é visível o discurso do outro, mas também é visível o trabalho do eu. Com base nesses exemplos, quero apenas argumentar que a presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só. Isto é, que o ego não pode ser simplesmente apagado, a não ser por uma manobra lingüística que o defina apenas como o outro do outro...

Suponho que eu mesmo (para não citar aqui autores de muito maior autoridade, como Eco e Bakhtin) forneci um número relativamente grande de exemplos nos quais se demanda a ação do ouvinte-leitor para que a interpretação de determinados textos seja possível. Os argumentos foram expostos principalmente a propósito de chistes, e podem ser encontrados em Possenti (1994). Quero, agora, mostrar um certo número de pequenos textos em que esta ação é visível no trabalho do sujeito na sua função de falante. Certamente, há outros tipos de dados em que a ação do sujeito pode ser detectada. Nesses que analiso, o que é mais relevante, me parece, é que ela é impossível de ser disfarçada. É como se se tratasse de casos de subjetividade mostrada.

Análises demonstrando a presença de outra voz na voz do enunciador-locutor – ou, de outro discurso no discurso do locutor – mostram que este fenômeno se dá em tipos muito diversificados de enunciados ou textos. Se alguém quiser, poderá elaborar listas e listas de casos de tal ocorrência. E mesmo nos casos em que não poderá detectar formalmente a presença do outro – considero que são estes últimos os casos realmente interessantes – sempre poderá dizer que há pelo menos uma presença constitutiva do outro – dado que a tese que compõe o núcleo duro dessa teoria é que todos os componentes de um discurso são históricos, que seu exterior é densamente povoado por outros discursos e, portanto, sua emergência num determinado texto numa determinada instância nunca é original, mas já antecedida de muitas ocorrências. Portanto, o discurso nunca é originário de um eu, mas de um outro (discurso). Em termos de análise, no entanto, parece que o interessante é a apreensão dos critérios pelos quais se pode dizer que há uma presença de outro, já que a afirmação de sua presença tem papel axiomático neste modo de ver as coisas.

Os casos mais evidentes do fenômeno são as ocorrências de enunciados de ampla circulação, digamos, os lugares-comuns, as verdades aceitas por todos, que permeiam os discursos mais variados. Se se fala de bebidas, não faltará quem diga que “o importante é não exagerar”, “que importante mesmo não é a quantidade, mas a qualidade do que se bebe”, sem falar das mais óbvias afirmações como “a bebida faz mal à saúde” etc. Em suma, os *topoi* correntes. Quem se considerasse autor, criador primeiro de tais enunciados, sofreria da mais elementar carência de autocrítica e não

apenas de uma sofisticada ilusão ideológica. Outros exemplos poderiam ser colhidos em qualquer campo, como o da culinária, o da educação dos filhos, dos hábitos de alimentação, sono ou vestimenta; o do futebol, da política, da economia etc., isso sem mencionar os provérbios. Realmente, Foucault não precisava ter-se atido aos saberes relativos ao homem para descobrir a "lei" da raridade dos enunciados, ao lado da infinita multiplicidade das enunciações. Isto por um lado.

O outro lado desta medalha é a discussão das condições de emergência de enunciados novos, em relação aos quais uma certa visão ingênua poderia postular a existência de um sujeito original (no sentido de criativo, talvez de criador, isto é, autor de enunciados nunca ditos). As análises de Foucault tentam mostrar, pelo menos nas ciências humanas, como é necessário que haja numerosas alterações num campo de saber (nos domínios não discursivos, inclusive) para que um enunciado novo aconteça, e o quanto, em conseqüência, é ingênuo postular sua origem num indivíduo. Estes casos seriam tipicamente lugares de demonstração de que nos discursos não há "eu falo", mas "fala-se" (Robin, 1977).

Em boa análise do discurso, seria necessário dizer que tão repetidas e fortes afirmações supõem a prévia afirmação de seu contrário (do outro discurso...), em resumo, a afirmação constante da originalidade, ou a afirmação da constante originalidade dos discursos. Caso contrário, não haveria por que dizer tantas vezes tantas palavras. Em textos de analistas de discurso (seguidores da vertente francesa), em geral, o espaço de alguma possibilidade de originalidade é atribuído, no que se refere ao campo da linguagem, a algumas afirmações de Saussure relativas à liberdade dos falantes na *parole*, ao contrário do que se dá na sua relação com a *langue*, domínio no qual nada lhe é permitido, exceto ser o lugar casual de sua manifestação – justamente na fala. Contra isso, tentou-se, com relativo sucesso, mostrar que: a) não há esta liberdade – até porque não há essa fala; b) não há sequer quem pudesse exercê-la, isto é, aquele que poderia ser, segundo uma certa ideologia, um sujeito livre.

É conhecida a afirmação de Barthes (1978, p.14), segundo a qual a língua é fascista, porque obriga a dizer, bem como é conhecida (embora menos, talvez porque não se pode expressá-la num *slogan*) sua tese segundo a qual para os que "não somos ... super-homens só resta, por assim dizer, trapeçar com a língua" (p.16). A literatura seria o domínio que melhor permitiria esta trapaça, que resultaria em ouvir a língua fora do poder. O que ele entende por literatura é "a prática de escrever", o que faz privilegiar o "tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro" (p.17).

Sem discutir aqui a hipótese de partida do autor, segundo a qual a língua é fascista porque obriga a dizer, porque não permite escolha (p. 12-13), que é decorrência de uma das mais claras hipóteses do estruturalismo – a língua é sistema e o sujeito a recebe pronta –, propriedade que a teoria do discurso, nos termos de Pêcheux (1969),

caracterizou como *funcionamento*, e supondo que esta mesma propriedade, o funcionamento, que é no fim das contas a ausência de um sujeito em sua origem, esteja presente também nos discursos, mesmo nos conteúdos dos discursos, talvez se pudesse imaginar que a única saída para fugir ao poder dos discursos fosse fazer com eles o mesmo que Barthes sugere que se faça com a língua na literatura: jogar. Parece difícil separar a forma dos discursos de seu conteúdo, pelo menos de alguns dos seus efeitos de sentido, mas, por outro lado, parece evidente que qualquer jogo discursivo vai envolver de maneira mais sensível a forma (a materialidade lingüística do texto – o significante). Por isso, a seguir, e de forma um tanto sumária, indicarei algumas ocorrências deste jogo, no qual defenderei que há um espaço para o eu, ou, mais do que isso, de que se trata de um jogo que não seria possível sem o eu, sendo desnecessário afirmar que do mesmo tipo há numerosíssimas ocorrências, e isso se comprova facilmente em certas fontes de dados, da mesma forma que em outras fontes encontram-se muitas evidências do processo inverso, isto é, de predomínio do outro ou do apagamento do eu. Analisarei com um pouco mais de detalhe o primeiro fato, o que me permitirá ser mais sumário em relação aos outros, já que os processos são bastante semelhantes.

No jornal humorístico *Planeta Diário*, v.IV, n.58, de novembro de 1989, na página 1, encontra-se o seguinte enunciado: “O Senhor é meu pastor e nada me faltará”. Suponho que, independentemente da terminologia utilizada, a análise desta ocorrência não poderá deixar de assinalar sua heterogeneidade. O que poderia aparecer como uma cadeia produzida em determinada instância por um certo sujeito, isto é, a seqüência, tal como acima citada, alude, lembra, remete, faz aparecer um outro discurso, uma outra seqüência, a saber “O Senhor é meu Pastor e nada me faltará”. O que me parece evidente é que, juntamente com o discurso que aparece no jornal, aparece de alguma forma um outro, cujo enunciador não é o enunciador do discurso que aparece no jornal. A isso se chamaria trivialmente de heterogeneidade, de polifonia, de presença de outro ou Outro.

Suponhamos que nos deslocássemos por um momento, e nos situássemos no outro discurso, isto é, que nos imaginássemos lendo, nos Salmos, “O Senhor é meu Pastor e nada me faltará”. O que é, em relação a este enunciado bíblico, o enunciado que lemos no *Planeta*, “O Senhor é meu pastor e nada me faltará”? Ou seja, qual o estatuto do texto do *Planeta Diário* em relação ao versículo do salmo? Quem é seu enunciador? De onde ele vem? Quem é responsável por ele? Parece-me que se pode dizer que aqui, sob a forma do jogo, inscreve-se um sujeito tentando não deixar intocado um discurso de poder, no caso um discurso de poder no sentido mais tradicional, o poder político. Porque este número de jornal que contém o discurso que se comenta é do mês das eleições presidenciais de 1989, e a frase critica a jogada política que foi a venda de um partido pequeno, por seu candidato, a outro candidato, cujo nome público é Silvio Santos, mas cujo nome real é, exatamente, *Senor Abravanel*. Acrescente-se que o vendedor do partido é um pastor de determinada seita religiosa, e este fato era um dos ingredientes cruciais de sua campanha. De alguma maneira,

este texto acaba por dizer quem é o verdadeiro pastor deste pastor: não o da Bíblia, não Deus, mas a Mamona, não o Senhor, mas o Senhor etc. É relativamente fácil detectar outro discurso numa seqüência que se diz, mas é menos fácil caracterizar, eliminando totalmente a subjetividade, ou caracterizando-a apenas em termos de assujeitamento, o novo enunciado. Em outros termos: dada a seqüência ora citada, e que se lê no jornal, descobre-se o outro discurso. Mas, lido apenas o versículo do salmo, quem descobriria nele este que também é outro discurso, o texto que aparece no jornal? Quem poderia imaginar que ele viria à luz, em que instância e através de qual sujeito? Nos casos mais usualmente analisados em termos de heterogeneidade, o que se ressalta são estratégias do eu: ele tem o topete de apresentar-se como se fosse um eu, mas um analista descobre que junto com ele ou no lugar dele está o outro. Nos casos como o aqui exemplificado, parece-me que a estratégia do eu é apresentar-se como se fosse um outro, mas, sutilmente, imiscuir-se no discurso conhecido, no discurso do outro, e alterando-o e deixando a marca de sua presença.

Mais recentemente, quando da prisão dos bicheiros cariocas, com exceção do principal deles, Castor de Andrade, circulou como variante o seguinte enunciado: "O Senhor é meu Castor, nada me faltará". A estratégia do sujeito é visivelmente a mesma. E talvez ainda mais interessante do que este último dado seja o do colunista José Simão, do jornal *Folha de S.Paulo*, que, durante a cobertura da Copa do Mundo de 1994, em sua coluna do dia 3.7.1994, escreveu: "E diz que os americanos jogam rápido porque time is money. Ou como traduziu o bispo Edir Macedo: Templo é dinheiro". O enunciado "templo é dinheiro", que é produzido com uma pequena alteração do conhecido provérbio "tempo é dinheiro", funciona, neste contexto, como uma crítica fortíssima ao bispo Macedo. Mas, o que interessa destacar aqui é a diferença entre enunciar-se um provérbio, isto é, um discurso "de outro" numa determinada circunstância, e *produzir* este novo enunciado, com base no material do outro discurso. Qual é a instância responsável por esta novidade? Por que não reconhecer um eu com um papel ativo nestes textos, responsável pela alteração produzida sobre e a partir do discurso do outro? Para tanto, não é necessário, evidentemente, supor que tal "eu" seja uma instância livre e independente de quaisquer condições. E muito menos negar o lugar e o papel do outro. Uma lógica elementar mostraria que a postulação de um dos ingredientes não exige a eliminação do outro, apenas sua reorganização.

O livro *Manual do sexo manual*, publicação da Turma Casseta e Planeta, Editora Record, 1994, é fechado com chave de ouro, a meu ver, com a seguinte "piada de pleybronha": "Frases de efeito para serem ditas na saída de filme pornô: 'o filme é uma merda, mas o diretor é genital'". O processo de construção desta piada é o mesmo dos casos anteriormente citados. Num antigo número da *Revista Civilização Brasileira*, ao final de um artigo sobre cinema novo, apareceu uma charge cuja legenda passou a ser muito citada. Retratava a saída da platéia de uma sessão de um Festival do Cinema Brasileiro, e um dos espectadores comentava: "O filme é uma droga, mas o diretor é genial". Creio que o trabalho do piadista em *Manual do sexo manual* é óbvio (mas não simples): aludindo a uma frase antiga produzida em situação análoga, produz

outra frase, muito semelhante, mas cuja diferença é suficiente para dar conta das diferenças entre as duas situações: agora, trata-se de filme pornô, e, por isso, o diretor é *genital*, palavra que faz referência – certamente seu autor sabe disso e o texto pressupõe que é óbvia para o leitor – ao fato de os filmes pornôs exibirem genitálias (o trabalho do autor, aqui, como nos outros casos, tem um correlato no trabalho e na “enciclopédia” do leitor. Caso contrário, o texto não funciona).

Listo, a seguir, sem maiores comentários, exemplos do mesmo gênero, até mais breves: o nome próprio “Walter Ego”, da personagem de Angeli, cujo nome deriva de *alter ego*, expressão conhecida; “pleito caído”, expressão do colunista José Simão, já citado aqui, construída a partir de “peito caído”, durante uma campanha eleitoral; “candidata Supla partidária”, do mesmo colunista, durante a mesma campanha, expressão construída a partir de “candidata suprapartidária” – com o acréscimo necessário de que a referência é a Marta Suplicy, candidata e mãe de um músico conhecido pelo apelido “Supla”.

A esta lista rápida, devo acrescentar o seguinte exemplo. Um amigo, que, além de lingüista, tem habilidades de desenhista e chargista, produziu certa ocasião uma caricatura desse autor, à qual acrescentou a seguinte legenda: “a discourse analyst lost in syrious thoughts”. Creio poder dispensar a análise, mesmo que fosse sumária.

Vejam outros exemplos, estes com características lingüísticas diferentes. O humorista Jô Soares criou, há certo tempo, em seu programa de então, uma personagem (uma prefeita) que lembrava muito o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. Bebia e falava em linguagem erudita, se não arcaica, cheia de mesóclises. E recitava, entre outras coisas, provérbios conhecidos em linguagem de estilo “alto”. Por exemplo: “Não importa que a azêmola claudique, o que eu quero é acicatá-la” e “De cereal em cereal o galináceo empanturra o bócio”, em lugar, respectivamente, de “Não importa que a mula manque, o que eu quero é rosetá-la” e “De grão em grão a galinha enche o papo”. É evidente que o discurso daquela prefeita é calcado num outro discurso. Mas, de novo, façamos o exercício de colocarmos-nos no lugar do ON (i.e., um locutor indeterminado, supostamente universal, o que, em português, seria possível de traduzir razoavelmente por SE, como em “sabe-SE”) que enuncia todos os provérbios: imaginaria ele um outro sujeito, em forma de eu, alterando seu discurso? Os provérbios produzem estas outras formas, por sua própria conta? Sabemos que não e que são necessárias algumas condições. Dentre elas, um sujeito que intervém ativamente e produz algo novo – e, ousado dizer, que sabe o que está fazendo. Pelo menos, em boa parte.

Um outro efeito da intervenção do eu no discurso do outro, ainda no domínio dos provérbios, é a produção de humor através do apelo ao inesperado. Veja-se este exemplo, enunciado pelo apresentador Faustão, “Quando um não quer, o outro vira pro outro lado e dorme”. Neste caso, a estratégia consiste em colocar-se no lugar de um locutor que dá voz a um determinado enunciador e, de repente, mudar de discurso, de assunto, enunciando algo inesperado (mais verdadeiro?). Este novo discurso não é necessariamente novo (nesse caso, aliás, trata-se certamente de um discurso

conhecido – que retoma o *topos* do tédio conjugal – e, por isso mesmo, compreensível. Mas, há um ingrediente novo: algo que não é provérbio é enunciado como se o fosse. É enunciado utilizando-se a forma do provérbio, mas revelando um discurso menos público, e que por isso funciona como um discurso contra-ideológico.

Uma outra forma de o sujeito invadir o discurso do ON, ainda nos provérbios, é fazer o que fez Chico Buarque, em “Bom Conselho”: inverter claramente a ideologia (e a forma) dos provérbios: Inútil dormir que a dor não passa; Quem espera nunca alcança; Aja duas vezes antes de pensar; Devagar é que não se vai longe. De novo, os outros discursos (isto é, os provérbios correntes) se reconhecem aqui. Mas, naqueles provérbios, estes enunciados atribuídos a Chico Buarque seriam reconhecidos? Que tipo de enunciador é o destes novos enunciados, que se constroem calcados nos outros e que deixam à vista sua estratégia de constituição?

Não quereria de forma alguma – pelos dados que conheço, pelas crenças que tenho, pelas teorias que adoto, embora criticamente – pensar na hipótese de restaurar o Cogito. Mas, parece-me inaceitável que, para defender uma propriedade do discurso e do sujeito, se tenha que fazer de conta que as outras não podem ser postuladas. A própria idéia de heterogeneidade se constitui pela afirmação do outro num lugar que antes não lhe era previsto. Ora, é má lógica pensar que, então, torna-se obrigatório deixar ao outro todo o lugar e todos os papéis. Voltaríamos à simplificação de antes, apenas invertida.

Da tradição racionalista sobra, a meu ver, uma característica fundamental para caracterizar o sujeito: sua atividade. É só na tradição simplificada do behaviorismo e do empirismo – tanto em psicologia quanto em teoria do conhecimento – que o sujeito é concebido como apenas afetado pelo outro e pelo mundo. A atividade e um certo tipo de conhecimento “prévio” que supostamente a conduz – mesmo que com equívocos – não podem ser postos de lado nas análises de determinados tipos de dados e para que seja possível ao analista dar-se conta de certos tipos de efeito. Uma outra lição que os dados nos obrigam a levar em conta: não se pode tratar de todos os tipos de discurso exatamente com os mesmos critérios de análise. Só para exemplificar: é diferente, provavelmente, o papel do sujeito em textos como os acima analisados, nos provérbios e, digamos, no discurso científico.

Os dados acima, além de indicarem claramente a presença do trabalho do eu no discurso do outro, servem para sustentar uma outra hipótese, em tudo compatível com a concepção de heterogeneidade. Trata-se da questão da continuidade vs. ruptura, mais sensível nos discursos científicos – que opõe teorias cumulativas, como as mais tradicionais, a teorias de ruptura, como as de Kuhn e de Bachelard, por exemplo. Penso que os dados que trouxe a este texto indicam que não se pode esperar que apareça um discurso absolutamente novo, que, se aceito, passe a vigorar e a ser repetido. Os exemplos trabalham contra a idéia das rupturas, inclusive porque essas exigiriam, de alguma forma, um sujeito ciclópico. Se esses dados forem representativos – e penso que são – parecem indicar um regime de coexistência e ultrapassagem entre discursos; que a história freqüentemente se faz de pequenos fatos, pequenos

atos que produzem pequenas alterações do que há, de usos diversos e eventualmente não previstos das mesmas coisas, como se sempre se tratasse de seguir outro provérbio: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”; ou, para quem prefere o *nonsense*, “Água dura em pedra mole tanto fura até que bate”. Penso que as análises de Foucault, apesar de sua admissão das descontinuidades, são argumentos que vão nessa direção. E Löwy (1987), que apresenta uma interessante teoria para justificar a possibilidade do conhecimento objetivo em ciências humanas, traz fortes argumentos de que o marxismo não indica o caminho da ruptura total, exatamente por ser uma teoria com os pés na história, pelo menos no campo dos discursos científicos. Por que seria diferente nos outros discursos?

POSSENTI, S. The “I” in the “other” discourse. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.45-55, 1995.

- **ABSTRACT:** *Having developed under the influence of Structuralism, Psychoanalysis and Marxism, the so called French Discourse Analysis emphasized the presence in discourse of the “O/other”, ignoring or even nullifying the presence of the “I”. Accordingly, any allusion to the presence of the “I” in discourse sounds to most people endorsing this persuasion as a kind of bow to the theses of pragmatics, where the intentions and the knowledge of speakers play an important role (which French Discourse Analysis denies to any individual instance). In this paper, although I assume the premisses of French Discourse Analysis, I point to several examples in which it seems fair to claim that the presence of the “O/other” does not eliminate the need of pointing also to the work of the speaker. The data analysed are basically short texts, aiming at humoristic effect.*
- **KEYWORDS:** *Heterogeneity; subject; humour; source text; intertext.*

## Referências bibliográficas

- 1 AUTHIER-RÉVUZ, J. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, v.26. p.91-151, 1982.
- 2 BARTHES, R. *Aula*. São Paulo: Cultrix. 1978. 89p.
- 3 DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: CHÂTELET, F. (Org.) *História da Filosofia; idéias, doutrinas*. O Século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p.271-303. v.8.
- 4 DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1984. p.161-218.
- 5 FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1986. 239p.
- 6 GADET, F., HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: introdução às idéias de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. 319p.

- 7 LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987. 210p.
- 8 MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1989. 198p.
- 9 PÊCHEUX, M. *Analyse authomatique du discours*. Paris: Dunod, 1969. 140p.
- 10 \_\_\_\_\_. M. Análise do discurso: três épocas. In: GADET, F., HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: introdução às idéias de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora Unicamp, 1990. p.311-8.
- 11 POSSENTI, S. *Os humores da língua*. (Em preparação).
- 12 ROBIN, R. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977. 327p.